

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Da Cepal ao Mercosul: origens e significado da integração regional na América Latina.

Thiago de Jesus Esteves.

Cita:

Thiago de Jesus Esteves (2009). *Da Cepal ao Mercosul: origens e significado da integração regional na América Latina*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/926>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Da Cepal ao Mercosul: origens e significado da integração regional na América Latina

Thiago de Jesus Esteves

Professor Centro Federal de Educação Tecnológica

Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ),

UnED Nova Iguaçu

Doutorando em Ciências Sociais em

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ)

Mestre em Ciências Sociais em

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ)

RESUMO

O presente artigo busca analisar o modelo de integração regional teorizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) na década de 1950 e o modelo de integração regional que foi adotado pelos países do Cone Sul com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) na década de 1990. Percebemos que tanto no projeto cepalino como no caso do MERCOSUL a integração regional seria uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento econômico dos países membros com base na complementaridade econômica, o que garantiria um desenvolvimento equitativo para os países da região. Concluimos que as dificuldades políticas e econômicas

enfrentadas pela integração proposta pela CEPAL na década de 1950, reconhecendo os diferentes contextos, são semelhantes aos dilemas enfrentados pelos países membros do MERCOSUL nas décadas de 1990 e 2000.

ABSTRACT

This paper analyzes the model of regional integration theorized by the Economic Commission for Latin America (CEPAL) in the 1950s and the model of regional integration that was adopted by the Southern Cone countries to the creation of the Southern Common Market (MERCOSUR) in 1990s. I noticed that both the project cepalina as in the case of the MERCOSUR regional integration would be a strategy to boost economic development of member countries based on economic complementarity, which would ensure equitable development for the region. We conclude that the difficulties facing the political and economic integration proposed by ECLAC in the 1950s, recognizing the different contexts, are similar to the dilemmas faced by member countries of MERCOSUR in the decades of 1990 and 2000.

RESUMEN

Este trabajo analiza el modelo de la teoría de la integración regional por la Comisión Económica para América Latina (CEPAL) en la década de 1950 y el modelo de integración regional que fue aprobado por los países del Cono Sur para la creación del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) en 1990. Me di cuenta de que tanto el proyecto cepalina como en el caso de la integración regional del MERCOSUR sería una estrategia para impulsar el desarrollo económico de los países miembros sobre la base de la complementariedad económica, que garantice un desarrollo equitativo de la región. Se concluye que las dificultades de la integración política y económica propuesta por la CEPAL en la década de 1950, reconociendo los diferentes contextos, son similares a los dilemas que enfrentan los países miembros del MERCOSUR en las décadas de 1990 y 2000.

Palabras clave: Integración Regional, Comisión Económica para América Latina (CEPAL), el Mercado Común del Sur (MERCOSUR).

A CEPAL E A PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Mesmo sob forte oposição por parte do governo dos Estados Unidos da América¹, foi criada em 25 de fevereiro de 1948, por decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), inicialmente composta por 26 países membros, como sede na cidade de Santiago, capital do Chile, país autor da proposta que resultou em sua criação². Seu primeiro Secretário Executivo foi o economista mexicano Gustavo Martínez Cabañas e o seu staff técnico não passava de dez pessoas³. (Furtado, Tomo I, 1997)

Inicialmente, o principal desafio da CEPAL era elaborar estudos, análises e teses que pudessem auxiliar no desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Assim, na primeira década de sua existência, o chamado período da “industrialização latino-americana”, foram realizados além do diagnóstico dos principais problemas da região, sugestões sobre as políticas que deveriam ser adotadas pelos governos da região para por fim a situação de dependência econômica⁴.

O tema da integração regional entra na pauta de discussões dos governos e dos organismos internacionais presentes na América Latina a partir do estudo “O Mercado Comum Latino Americano”, publicado originalmente pela CEPAL em 1957. De acordo com este trabalho, a integração regional seria uma alternativa viável para promover o desenvolvimento da região.

A CEPAL elaborou um projeto de integração regional, baseado na criação de um mercado comum latino-americano. A proposta de integração econômica concebida pela CEPAL pretendia romper com o quadro de baixo crescimento produtivo e insuficiente dinamismo econômico até então vigente nos países latino-americanos.

¹ Segundo Furtado, a oposição do governo dos EUA se devia ao receio da perda de influência na região em pleno período da Guerra Fria, entretanto o argumento “oficial” era o de que já existia a Organização dos Estados Americanos (OEA) para tratar dos assuntos relativos à região. (Tomo I, 1997)

² Cabe destacar o papel crucial que, de acordo com Furtado, teve o governo brasileiro por ocasião da Assembléia da ONU que aprovou a criação da CEPAL. Segundo Furtado, o requerimento aprovando a criação da Comissão somente foi possível graças à intervenção direta do presidente brasileiro Getúlio Vargas junto aos governos de diversos países da América Latina. (Tomo I, 1997)

³ Segundo Furtado, devido às informações de que os Estados Unidos da América iriam trabalhar para por fim a comissão, sua Secretaria Executiva, mesmo após a efetiva criação da CEPAL, ficou vaga durante meses. Foram consultados com vistas a ocupar o cargo, mas, entretanto não demonstraram interesse, o economista argentino Raúl Prebisch e o também economista, mexicano, Víctor Urquidí. No caso de Cabañas, segundo opinião corrente na época, este somente teria aceitado em virtude de se promover junto ao governo mexicano. (Tomo I, 1997)

⁴ De acordo com Rodríguez, Cardoso e Bielschowsky, o “pensamento cepalino” pode ser dividido em cinco fases ou períodos. A primeira fase vai de 1948 a 1960 e possui como principal eixo de discussão e análise a industrialização latino-americana. A segunda fase compreende a década de 1960 e o seu eixo foi em torno das reformas estruturais de que necessitavam os países da região. A terceira fase engloba a década de 1970 e a sua preocupação é em relação aos diferentes estilos de crescimento econômico existentes na América Latina. A quarta fase vigorou na década de 1980 e teve como principal preocupação o endividamento externo dos países latino-americanos. E a quinta fase teve início na década de 1990 e teve como marca a transformação produtiva por que passaram as economias da região. (1981; 1993; 2000)

A formação de um mercado comum latino-americano deveria ser feita em conjunto com um processo de reestruturação das suas economias, de maneira a possibilitar a retomada ou o início do processo de industrialização destes países. O sucesso deste projeto demandaria ainda a adesão dos governos dos países da América Latina, aliado a um planejamento mínimo, para que os ganhos obtidos com a integração pudessem ser estendidos a todos os membros, que seriam beneficiados a produção e a ampliação na escala dos mercados consumidores do conjunto de países⁵. (Baumann, 2005).

A integração possibilitaria ainda o aumento do poder de barganha dos países latino-americanos nas negociações comerciais e financeiras junto aos países centrais e organizações internacionais.

Com o objetivo de concretizar o projeto de integração dos países da América Latina foi criado na estrutura da CEPAL o Grupo de Trabalho do Mercado Regional⁶, para quem o mercado comum deveria ser resultado de uma política elaborada em conjunto pelos governos dos países da região e não uma fórmula pronta, sugerida ou imposta por governos ou organismos multilaterais, que desconheciam a realidade latino-americana.

O Mercado Comum foi proposto pelo Grupo de Trabalho do Mercado Regional como modelo a ser adotado pelos países latino-americanos. A sua implantação deveria ser feita com base em metas a serem atingidas e por etapas de modo que o conjunto dos países latino-americano tivesse tempo suficiente para adaptar os seus setores produtivos, mercados e legislações a nova realidade⁷. Em uma primeira etapa, seria criada uma zona preferencial formada por acordos de complementação ou integração agrícola que duraria cerca de 10 anos. Nesta etapa, seria implantado um programa de redução automática e gradativa das tarifas alfandegárias e de transformação de restrições não tarifárias, que não seriam completamente abolidas por conta dos distintos níveis de desenvolvimento das economias.⁸ (Sunkel, 1971)

⁵ O ganho de escala dos mercados consumidores não se refere somente a ampliação quantitativa, mas ao aumento da renda dos trabalhadores, fato este que permitiria aumentar os níveis de consumo. (Cardoso, 1993)

⁶ A primeira menção, as regras e a estrutura de funcionamento do mercado comum latino-americano foi feita no documento de trabalho “Estúdio Econômico de América Latina” de 1949. (CEPAL, 2000b) Já o Grupo de Trabalho do Mercado Regional, que foi organizado pela CEPAL, teve suas reuniões realizadas em Santiago do Chile, entre os dias 3 e 11 de fevereiro de 1958 e na Cidade do México, entre os dias 16 e 27 de fevereiro de 1959. As reuniões do grupo foram presididas por Galo Plaza e era composto por José Garrido Tórres, representante do Brasil, Rodrigo Gómez, representante do México, Flavian Levine, representante do Chile, Carlos Lleras Restrepo, representante da Colômbia, Eustaquio Méndez Delfino, representante da Argentina, Raymond F. Mikesell, representante dos Estados Unidos da América, Juan Pardo Heeren, representante do Peru e Joaquín Vallejo, representante da Colômbia. (Sunkel, 1971)

⁷ Sobre o mercado comum, cabe ressaltar que este modelo de integração tem por objetivo assegurar a livre circulação de mercadorias, capitais, serviços e pessoas através das fronteiras políticas dos países integrantes. Desta forma o mercado comum não se restringe à esfera comercial, também englobando temas relativos à legislação industrial, ambiental, financeira e educacional. (Magnoli, 2003)

⁸ Segundo Sunkel, mesmo com o Tratado de Montevideu, assinado em 18 de fevereiro de 1960 e a partir do qual se constituiu formalmente a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), tendo sido celebrado de acordo com as recomendações feitas pela CEPAL e acatado a idéia dos acordos de integração industrial, acabou por afastar-se dos seus objetivos, principalmente no que se refere às reduções tarifárias, adotando negociações seletivas. (1971)

Diversos foram os obstáculos que levaram tanto as experiências como grande parte dos objetivos de integração da América Latina a fracassarem. Para Sunkel (1971), tais obstáculos podem ser divididos em dois grupos os imaginários e os reais. Dentre os obstáculos classificados como imaginários, encontram-se, a supranacionalidade e a necessidade de uma união política da região. Já os obstáculos reais, seriam o temor de que empresas multinacionais de terceiros países se aproveitem do espaço econômico latino-americano após a integração, além das preocupações relativas aos países de menor desenvolvimento e mercado consumidor insuficiente, visto que os países mais desenvolvidos encontram maiores condições de expandir suas indústrias de bens intermediários e de capital, diferente destes.

MUDANÇA NO PARADIGMA INTEGRACIONISTA

Em conjunto com o fracasso das experiências de integração regional na América Latina, se observou o fenômeno que Fiori (1998) definiu como a “crise da hegemonia norte-americana”. Entre a segunda metade da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 ocorreram conflitos mundiais nas mais diversas áreas, como a econômica, política, social e militar, que se sobrepuseram à cooperação que havia marcado as relações entre grande parte dos países no imediato pós II Guerra Mundial.

No início da década de 1980 ocorreu o que Fiori (1997) denominou como a “restauração conservadora” mais extensa e radical da história moderna, pois foi preciso uma verdadeira “revolução financeira global”, que tinha como marca as políticas de desregulação e deflação implementadas pelos governos conservadores, que substituíram o keynesianismo e o desenvolvimentismo pelas políticas genericamente conhecidas como “neoliberais”.

No início da década de 90 era ampla a convergência sobre a excelência das reformas neoliberais que se encontravam em processo de implantação nos países latino-americanos⁹. Desta forma, o neoliberalismo que vinha sendo defendido pelo governo norte-americano desde o início da década de 80 e propagado pelos organismos internacionais de crédito como modelo de desenvolvimento econômico estava gradativamente sendo adotado pelos países latino-americanos.

Assim, em um contexto político e econômico mundial favorável, entre meados da década de 80 e o início dos anos 90, foi tornou possível à expansão e a efetiva implantação na América Latina da ideologia liberal e da sua proposta de uma “economia de mercado”. No Brasil, a eleição do

⁹ As medidas apresentadas como solução para os problemas econômicos dos países latino-americanos, já haviam sido experimentadas em dois “laboratórios” da economia de mercado na América do Sul. O primeiro, a partir de 1973, foi o Chile, governo pela ditadura do general Augusto Pinochet e o segundo foi a Argentina que também vivia sob a ditadura militar na década de 70, mas que no entanto, não obteve o mesmo sucesso do caso chileno. (Fiori, 2002)

presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) promoveu uma definitiva mudança nas diretrizes econômicas do país, que adotou os princípios do Consenso de Washington a partir de 1991, deste modo, completou-se o alinhamento continental, com a exceção de Cuba, em torno das políticas e reformas liberais. Assim, em praticamente todos os países da região teve início o novo modelo econômico com planos de estabilização monetária, atrelados a uma sobrevalorização das moedas nacionais, que era viabilizada pela elevada oferta internacional de créditos baratos¹⁰. (Tavares e Melin, 1998)

Neste contexto de alinhamento continental em torno do modelo neoliberal, o governo norte-americano, sobre a presidência do republicano George Bush (1989-1993), lançou em 1990 a “Iniciativa para as Américas”, que estabelecia como meta final a formação de uma zona de livre comércio da qual fizessem parte todos os países do continente americano, um ambicioso bloco econômico que se estenderia do Alasca à Terra do Fogo, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)¹¹.

Em paralelo às negociações para a criação da ALCA foi estabelecida a Zona de Livre Comércio da América do Norte, ou North American Free Trade Agreement (NAFTA). O tratado assinado em agosto de 1992 e ratificado em novembro de 1993 estabeleceu uma zona de livre comércio entre o México, os Estados Unidos da América e o Canadá, no qual foi acordado a abolição gradativa das tarifas alfandegárias em um prazo máximo de 15 anos¹². Cabe ressaltar, que o NAFTA é um acordo de livre comércio que tem a economia norte-americana como um centro, no qual gravitam em torno, o México e o Canadá.

No caso da América do Sul, o conceito de integração regional ressurgiu com o programa de reaproximação bilateral entre a Argentina e o Brasil na década de 1980, após anos de desconfianças mútuas. Esta reaproximação estabeleceu as bases para a criação do MERCOSUL¹³, com a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai¹⁴. Segundo

¹⁰ Segundo Tavares e Melin (1998), a oferta internacional de créditos baratos, foi responsável pelo considerável aumento dos investimentos estrangeiros diretos na América Latina e no Leste da Europa na década de 90. Esta política também foi à motivadora de um paradoxo monetário, as moedas de grande parte destas economias se valorizaram mais do que o dólar, passando deste modo a serem “moedas fortes”. Ao contrário do que pode parecer inicialmente, fez com que estas economias se tornassem frágeis, frente aos ataques especulativos internacionais.

¹¹ Apenas dois países não foram convidados a participar da “Iniciativa para as Américas”, o Haiti e Cuba, pois em ambos os casos, segundo comunicado oficial, não possuíam governos democráticos, e a manutenção da democracia era um dos pilares deste projeto. Posteriormente, com a eleição do presidente Jean Bertrand Aristide (1991; 1994-1996; 2001-2004), o Haiti foi incorporado às negociações, ficando então somente Cuba de fora. (Campos, Oliveira e Bianchini, 2001)

¹² Cabe ressaltar, que o NAFTA é um acordo exclusivamente econômico, portanto, não foi prevista em sua estrutura a criação de instituições políticas comuns aos três países ou ainda a livre circulação de pessoas.

¹³ Fazem parte do MERCOSUL como membros plenos, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Em 2006, a Venezuela solicitou o ingresso como membro pleno do bloco, entretanto, o seu ingresso ainda depende da aprovação dos congressos do Brasil e do Uruguai. Os países associados ao MERCOSUL e não obrigados a adotar a Tarifa Externa Comum, são: o Chile (1996), a Bolívia (1997), o Peru, (2003), a Colômbia (2004) e o Equador (2004).

¹⁴ Segundo Magnoli (2003), a criação do MERCOSUL refletia uma reação à hegemonia dos Estados Unidos da América na região. Já para Pereira e Brandão (1998), o Tratado de Assunção, foi na verdade o resultado de um programa de aproximação entre os governos do Brasil e da Argentina.

Magnoli e Araújo, “o projeto do Mercosul foi uma resposta à encruzilhada econômica na qual se encontravam o Brasil e a Argentina”. (2003:43) Neste sentido, o bloco buscava contribuir com a abertura econômica e as reformas internas de liberalização implementadas pelos governos argentino e brasileiro.

AS ORIGENS DO MERCOSUL

A criação do Mercosul deve-se em parte a política de reaproximação entre os governos brasileiro e argentino que teve início em final dos anos 70, ainda durante as ditaduras militares que governaram os dois países. Mas foi a partir da redemocratização de ambos os países, durante os mandatos dos presidentes José Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina, que foram construídas as bases que possibilitaram o fim de décadas de disputas e desconfianças mútuas. Isto porque ambos os países passaram a encarar o “vizinho” como elemento de apoio à sua própria estabilidade política e econômica¹⁵. (Corrêa, 2000)

Motivados pelas imposições da economia mundial, e buscando o crescimento e o desenvolvimento econômico, em um quadro onde, de um lado predominava o pessimismo e a perplexidade por parte dos adeptos do “nacional desenvolvimentismo”, e de outro, se afirmavam os argumentos neoliberais sobre a abertura comercial externa imediata e rápida integração ao mercado mundial, os países do chamado “Cone Sul” optaram por uma perspectiva intermediária. Assim, foi criado por meio da assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991, o MERCOSUL, entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. A política de aproximação entre o Brasil e a Argentina, constituiu a espinha dorsal deste acordo de integração regional, que não foi resultado unicamente da redemocratização de ambos os países, como fazem crer alguns autores, mas fruto de um processo anterior e mais complexo e profundo, do qual a redemocratização constitui um dos pilares. (Brandão e Pereira, 1998) o Geisel (1974-1979) iniciou as negociações do contencioso de Itaipu, o que levou a um estreitamento das relações bilaterais especialmente após a implantação da ditadura militar na Argentina. Esta nova fase da política bilateral pode ser demonstrada ainda por ocasião da Guerra das Malvinas, em 1982, quando em pleno quadro do endividamento e da Guerra Fria, o Brasil, mesmo sem interferir diretamente, apoiou o pleito argentino, o que contribuiu para amadurecer o processo que a partir de então foi marcado pela crescente convergência entre os dois países. (Campbell, 2000)

Segundo Vizontini, o retorno à democracia ocorreu em um contexto adverso, tanto do ponto de vista econômico como diplomático. Neste contexto, foi assinada em 1985 a Declaração de Iguazu,

¹⁵ Dentre esta política de aproximação entre o Brasil e a Argentina, cabe ressaltar a iniciativa do presidente argentino Raúl Alfonsín de propor uma visita ao Brasil com a finalidade de conhecer as instalações da usina de Itaipu, que foi procedida do processo de cooperação em uma das áreas mais sensíveis para ambos os países a nuclear. (Corrêa, 2000:184-185)

em 1986 a Ata para a Integração e Cooperação Econômica e em 1988 o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina. Ainda segundo Vizentini, o que estava por trás desta crescente cooperação era uma reação à crescente marginalização da América Latina no sistema internacional, a tentativa de formular respostas diplomáticas comuns aos desafios internacionais, a busca pela complementaridade comercial, a criação de fluxos de desvio de comércio e um esforço conjunto no campo tecnológico bem como outros projetos específicos. (1998)

A percepção por parte dos governos de Brasil e Argentina de que era necessária a união de esforços para enfrentar a crise econômica que se abateu sobre os países latino-americanos na década de 80, que agravou o modelo de substituição de importações adotado pelos países, fez com que fosse dado início ao processo de negociação com vistas a criação de um Mercado Comum entre os países.

Assim, em novembro de 1988 foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, que dentre outros objetivos previa a criação de um mercado comum entre os dois países. Em julho de 1990 foi assinada a ata de Buenos Aires, pelos presidentes Fernando Collor, do Brasil, e Carlos Meném, da Argentina, que antecipou para 31 de dezembro de 1994 o prazo para a formação do mercado comum entre os dois países. Em dezembro de 1990 o Acordo de Complementação Econômica nº 14 instituiu um programa de liberalização do comércio de bens até 31 de dezembro de 1994.

De acordo com Corrêa, a proposta inicial era a de criação de um mercado comum, entretanto, o Tratado de Assunção criou de fato uma Zona de Livre Comércio, que em virtude de uma série de dificuldades envolvendo o rebaixamento gradativo das barreiras comerciais entre os países signatários do acordo, tornou-se em 1995 uma União Aduaneira.

SUCESSOS E FRACASSOS

De acordo com Olic e Canepa, o período entre 1991 e 1998 foi à fase de maior sucesso do Mercosul. O comércio intrabloco quase quintuplicou, passando de US\$ 4,5 Bilhões para US\$ 18,5 Bilhões. Cabe destacar que cerca de 75% deste comércio envolveram as trocas comerciais entre o Brasil e a Argentina.

A partir de 1998 se observou uma tendência de declínio no comércio intrabloco. Esta tendência se acelerou a partir de 1999, foi parcialmente revertida em 2000 e voltou a cair a partir de 2002. Esta tendência pode ser explicada pela conjuntura internacional, visto que neste período

ocorreram uma série de crises financeira e cambiais que atingiram diferentes regiões do planeta. Estas crises atingiram primeiramente os países do sudeste asiático, em 1997 e no ano seguinte a Rússia, o que culminou em uma retração do comércio mundial que acabou por atingir os signatários do Mercosul.

A desvalorização do Real pelo Brasil em 1999 fez com que os produtos brasileiros tornaram-se mais competitivos, passando a ser uma ameaça a diversos setores econômicos argentinos, criando uma situação de disputa entre os dois principais sócios do bloco econômico.

A situação do Mercosul tornou-se ainda pior quando a crise financeira atingiu a Argentina em 2001. Esta crise fez com que tivesse fim a paridade cambial entre o Peso e o dólar norte americano. A crise se agravou a ponto do país enfrentar um quadro de instabilidade política, degradação econômica e situação de caos social. Esta situação de fragilidade fez com que o aprofundamento das negociações do bloco ficassem em “compasso de espera”. A competição entre os produtos industrializados brasileiros, principalmente com os argentinos, e a falta de ganhos efetivos por parte dos sócios menores, Paraguai e Uruguai contribuiu com o atual quadro de crise em que vive o bloco¹⁶.

Nos últimos anos, com a recuperação econômica dos países do bloco, levou os países do Mercosul a investirem em uma política de fortalecimento do bloco, que passa pela ampliação do número de países membros e até mesmo a criação de um possível bloco econômico Sul Americano, envolvendo além dos países membros do Mercosul, os países membros da Comunidade Andina de Nações, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, bem como o Chile.

Atualmente fazem parte do Mercosul como membros plenos, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, em 2006 a Venezuela solicitou ingresso como membro pleno do bloco, entretanto, o seu aceite depende da aprovação do legislativo brasileiro. Os países associados ao Mercosul, e portanto não, obrigados a adotar a Tarifa Externa Comum são, o Chile (1996), a Bolívia (1997), o Peru (2003), a Colômbia (2004) e o Equador (2004).

CONCLUSÕES

A análise destes dois modelos de integração econômica que propostos em períodos distintos para a América Latina demonstra as dificuldades existentes em se chegar a acordos comerciais preferenciais entre países com diferentes níveis de desenvolvimento. Principalmente quando se planeja um mercado comum no qual todas as tarifas seriam reduzidas à zero ou a níveis mínimos, o

¹⁶ Durante a Reunião de Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, realizada no dia 29 de julho de 2007, em Assunção, capital do Paraguai, foram aprovadas as seguintes medidas com o objetivo de reduzir as assimetrias econômicas existentes no Mercosul: prorrogação até 2022 das regras de origem para produtos uruguaios e paraguaios, criação de um fundo para financiar projetos produtivos de pequenas e médias empresas e impulso ao financiamento de projetos de infra estrutura através do Fundo de Convergência Estrutural (Focen). (O Globo, 29 de junho de 2007)

que representaria para muitos países latino-americanos o risco da volta ao modelo da Divisão Internacional do Trabalho que vigorava no século XIX.

Desde a década de 60, Prebisch (1964) já vinha alertando para o fato de que sem as mudanças estruturais necessárias e sem uma decisão política, que contribuísse para impulsionar o desenvolvimento da América Latina, com o claro objetivo de remover os obstáculos internos, as medidas de cooperação internacional por melhores que fossem seriam nulas.

Dentre os motivos para o fracasso do modelo de integração regional proposto pela CEPAL, cabe ressaltar que além do descaso das elites econômicas e políticas da região, ocorreram as crises das décadas de 1960 e 1970, que tiveram início com o chamado “choque do petróleo”, em 1973, motivado pelo aumento no preço do barril do petróleo, determinado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O choque do petróleo pôs fim ao sistema energético barato que sustentava a produção industrial dos países desenvolvidos, e como os países latino-americanos dependiam em grande medida das exportações de produtos primários para os países industrializados, também foram atingidos.

Ao analisarmos o caso do MERCOSUL, ao mesmo tempo em que percebemos um retorno ao espírito integracionista proposto pela CEPAL na década de 1950, notamos uma mudança em relação as iniciativas pioneiras, que buscavam dar suporte ao modelo de desenvolvimento “por substituição de importações”¹⁷, estratégia dominante na América Latina entre as décadas de 50 e 60, principalmente graças a influência da CEPAL. Atualmente, os acordos de integração, sob a perspectiva neoliberal, buscam aumentar a eficiência dos processos produtivos envolvidos.

No modelo cepalino a integração buscava ampliar o tamanho dos mercados consumidores em escala regional, bem como protege-los contra a concorrência externa. Esta abertura seletiva tinha por objetivo levar as indústrias locais, que até então atuavam em uma escala reduzida, a otimizar os seus processos produtivos com a expansão das trocas comerciais entre os países da região. Além disso, essas indústrias, por serem nascentes ou tecnologicamente defasadas, necessitavam de mecanismos de proteção ao comércio com terceiros países, de modo que os investimentos se concretizassem ou no caso do atraso tecnológico fosse suplantado.

A integração regional, mesmo com todas as suas limitações é um mecanismo que corretamente aplicado pode contribuir com o fim das disparidades existentes entre os países latino-americanos. Cabe ressaltar que atualmente se encontram em funcionamento ou em processo de negociação as seguintes iniciativas de integração regional nas Américas: a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), a ALCA, a Comunidade Andina de Nações (CAN), o MERCOSUL, o NAFTA,

¹⁷ Como foi o caso da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), do Mercado Comum Centro Americano (MCCA) e do Pacto Andino.

a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Associação Latino-Americana de Integração, a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM) e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA). O fato de existirem oito diferentes acordos de integração, com variados níveis de integração, no hemisfério americano demonstra a importância que este tipo de iniciativa possui para a os países da região.

Referencias Bibliográficas

- BAUMANN, Renato. *Integração Regional e Desenvolvimento Econômico – Com Referência a Celso Furtado*. Brasília: CEPAL, 2005.
- BIELSCHOWISKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1988.
- BRANDÃO, Antônio Salazar P.; PEREIRA, Lia Valls (Org) *Mercosul: Perspectivas de Integração*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- CAMPBELL, Jorge (Org.) *Mercosul, entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- CAMPOS, Arnaldo de; OLIVEIRA, Marcos Antônio; BIANCHINI, Valter. *Integração nas Américas – Uma abordagem a partir do Rural*. In *Comércio Internacional, Segurança Alimentar e Agricultura Familiar*. Rio de Janeiro: Rebrip e ActionAid Brasil, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- CARVALHO, Delgado de. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1982.
- CEPAL. *Estúdio Econômico de América Latina y el Caribe 2006-2007*. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.
- _____. *Estudo Econômico da América Latina de 1949*. In *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000a.
- _____. *O Mercado Comum Latino-Americano*. In *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000b.
- _____. *Transformação e Crise na América Latina e no Caribe*. In *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000c.
- CORREA, Luiz Felipe de Seixas. *A Visão Estratégica Brasileira do Processo de Integração*. In *Mercosul, entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- DELGADO, Nelson Giordano. *O Regime de Bretton Woods para o Comércio Mundial: Origens, Instituições e Significado*. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000.
- ESTEVES, Thiago de Jesus. *Área de Livre Comércio das Américas: Análise da Participação do Setor Empresarial e do Setor Sindical Brasileiro*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação. Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, 2002.
- _____. *Modelos de Desenvolvimento e Integração Latino-Americanos: Da CEPAL ao Consenso de Washington*. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- FIORI, José Luís. *60 lições dos 90: Uma Década de Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- _____. *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- _____. *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- _____. *Globalização, Hegemonia e Império*. In *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- FURTADO, Celso. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Obra Autobiográfica: Contos da Vida Expedicionária; A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997, Tomo I.
- _____. *Obra Autobiográfica: Entre Inconformismo e Reformismo; Os Ares do Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997, tomo III.
- _____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- Gurrieri, Adolfo. *La obra de Prebisch em la CEPAL*. Ciudad de México: Fondo de Cultura, 1982.
- MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. *O Projeto da ALCA: Hemisfério Americano e Mercosul na Ótica do Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 2003.
- MAGNOLI, Demétrio. *Globalização: Estado Nacional e Espaço Mundial*. 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 2003.
- OLIC, Nelson Bacic e CANEPA, Beatriz. *Geopolítica da América Latina*. 22ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
- PREBISCH, Raúl. *Transformação e Desenvolvimento: A Grande Tarefa da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1973.

- _____ . Nueva Política Comercial para el Desarrollo: Informe de Raul Prebisch a la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1964.
- RODRÍGUEZ, Octavio. Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1981.
- SUNKEL, Osvaldo. O Marco Histórico do Processo de Desenvolvimento-Subdesenvolvimento. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1971.
- SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. Um Ensaio de Interpretação do Desenvolvimento Latino Americano. Belo Horizonte: Editora Fórum, 1975.
- TAVARES, Maria da Conceição; GOMES, Gerson. La CEPAL y la integración Económica de América Latina. Revista de la CEPAL, Número Extraordinário. Santiago de Chile: 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. Pós-Escrito 1997: A reafirmação da Hegemonia Norte-Americana. In Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A ALCA e a União Européia. In Relações Internacionais e sua Construção Jurídica. Volume 2: A ALCA e os Blocos Internacionais. São Paulo: FTD, 1998.